

OS JANSENISTAS FRANCESES E OS ESTUDOS ECLESIAÍSTICOS NA ÉPOCA DE POMBAL

CÂNDIDO DOS SANTOS

Muito se interessou pelos assuntos portugueses a Igreja jansenista de Utrecht durante o consulado pombalino, e designadamente durante a ruptura diplomática entre a Corte de Lisboa e a Santa Sé (1760-1769). Na documentação dos arquivos da Igreja dos Velhos Católicos da Holanda, hoje à guarda dos Arquivos de Estado em Utrecht, encontramos não só a herança da maior parte dos jansenistas que fugiram de França,¹ mas também a prova de contactos com diplomatas e eclesiásticos portugueses. Na colecção de Port-Royal, entre a correspondência de Gabriel Dupac de Bellegarde,² jansenista, antigo

¹ Durante todo o século XVIII a Igreja da Holanda serviu de refúgio a numerosos apelantes; seus arquivos, enriquecidos por numerosos documentos de França, constituem ainda hoje uma das fontes mais importantes do jansenismo. Estes emigrantes franceses, alguns dos quais como Leclerc ou Le Sesne d'Emmare, foram teólogos famosos, contribuíram para manter vigorosa uma inegável vitalidade intelectual no cisma de Utrecht, apesar da sua minoria numérica. Cfr. Hubert Jedin, *Manual de Historia de la Iglesia*, Barcelona, Editorial Herder, 1978, tomo VI, p.583-584.

² Gabriel Dupac de Bellegarde, teólogo francês, jansenista, nasceu a 17 de Outubro de 1717, no castelo de Bellegarde, diocese de Carcassone. Estudou Teologia em Toulouse e, na mesma cidade, se licenciou em Direito. Por meio de Fourquevaux conheceu a doutrina jansenista. Após a licenciatura veio para Paris, onde contraiu amizade com certos chefes do jansenismo, como Boursier e d'Emmare, que acabaram por se tornar seus guias espirituais. Tendo os jansenistas um seminário na Holanda, em Rijnswijk, perto de Utrecht, dirigido por Nicolas Le Gros, emigrado francês e declarado inimigo dos molinistas, partiu para lá na companhia de d'Emmare, em 1751. Aí viveu até 1772, data em que mudou para Utrecht, para a casa de Clarembourg, onde veio a falecer em 13 de Dezembro de 1789. Aderiu à Igreja de Utrecht, considerada cismática por Roma, e cuja história escreveu: *Histoire abrégée de l'église d'Utrecht*. Em 1763 tomou parte no famoso concílio de Utrecht de que publicou as actas, precedidas de um importante prefácio. Bellegarde tinha uma notável rede de correspondentes dos principais países da Europa, como a Itália, Espanha, Alemanha, Portugal, França, etc. com os quais mantinha relações epistolares sobre assuntos e publicações jansenistas. A difusão das ideias jansenistas na Austria e em Portugal é atribuída à sua actividade, realmente prodigiosa. Na sua obra se inspira em grande parte a corrente anti-ultramontana que em Portugal se continua a difundir em toda a segunda metade do século XVIII e mesmo no século XIX.

conde de Lião, emigrado de França, há nove cartas do P. António Pereira de Figueiredo e duas de Fr. João Baptista de S. Caetano, ambos deputados da Real Mesa Censória; do consul de Portugal em Amsterdam, Domingos Luis da Costa, há sete, relativas ao período de 1761-1770, e ainda a cópia de uma outra, de D. Luis da Cunha, Secretário de Estado, datada de 12 de Maio de 1761.

Entre a correspondencia do Bispo missionário, Dominique M. Varlet, há cinco, de 1735, de D. Luis da Cunha, então Ministro de Portugal em Haia. Mais tarde, seu sobrinho, D. Luis da Cunha Manuel, foi também Ministro de Portugal em Haia, e há pelo menos quatro cartas da sua correspondencia com Bellegarde. Este mantinha em Portugal vários conhecidos e correspondentes, entre os quais o Conde de Salema, o Conde da Ega, bem como o consul de Portugal nas Províncias Unidas, Domingos Luis da Costa. Isto mesmo confessava ao P. António Pereira de Figueiredo, em carta de 29 de Julho de 1769, na qual lhe solicitava a honra e a vantagem de iniciarem uma espécie de comércio literário. Era grande o interesse de Bellegarde devido às sábias obras que desde há alguns anos tinham sido publicadas sob o seu nome, sobretudo a *Tentativa Teológica* e a *Doctrina Veteris Ecclesiae*.³

O Conde de Salema, Pedro da Costa de Almeida, foi Ministro de Portugal em Haia e há dele 2 cartas na correspondencia de J.B. d'Emmare, teólogo jansenista francês emigrado na Holanda.

No quadro destes contactos, em 1763, a propósito de umas teses de Teologia, defendidas no colégio dos padres da Congregação do Oratório de Lisboa, foi elaborada, nos meios jansenistas ligados à Igreja dos Velhos Católicos da Holanda, uma “memória” acerca dos estudos eclesiásticos do Reino de Portugal.

Defende, do princípio ao fim, em texto manuscrito de 25 páginas, os pontos de vista dos jansenistas. Embora fale em nome colectivo:

Escreveu uma biografia de Van Espen, célebre canonista da Flandres, e editou as obras de Antoine Arnauld, o “grande Arnauld”, em 38 volumes. Deixou várias obras manuscritas. Em 1890, um erudito holandês publicou uma memória inédita de Bellegarde ao Cardeal Visconti na qual o autor narra uma viagem a Roma, no tempo do Papa Clemente XIV, para tentar reconciliar a Igreja de Utrecht, com a corte de Roma. Esta memória revela as muitas simpatias que tinha a Igreja de Utrecht junto de vários bispos e pessoas cultas da Alemanha, da Austria e da Itália. Também em Portugal tinha simpatizantes, por exemplo, Fr. João Baptista de S. Caetano e o P. António Pereira de Figueiredo.

³ cfr, Candido dos Santos, *História e Cultura na Época Moderna*, Publicações da Universidade do Porto, 1998, p.261.

(“não duvidamos”; “suplicamos aos ministros de Sua Magestade”, “nós esperamos que Sua Magestade Fidelíssima”...), o seu autor deve ser Gabriel Dupac de Bellegarde, teólogo francês emigrado na Holanda. De nobre ascendência, Dupac tinha uma notável rede de correspondentes dos principais países da Europa, como a Itália, a Alemanha, Espanha, França e Portugal com os quais mantinha relações epistolares sempre acerca de assuntos e publicações jansenistas. A presente “memória,” escrita certamente por um secretário, encontra-se no conjunto da sua correspondência. Um comentário na página 11 é da sua própria letra.

É dirigida aos ministros de Sua Magestade Fidelíssima.

Quem eram os Ministros portugueses em 1763, a quem se dirigia o autor da memória “com inteira confiança”?

Na Secretaria de Estado do Reino estava Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras; D. Luis da Cunha, sobrinho do diplomata do mesmo nome, ocupava a Secretaria da Guerra e Estrangeiros; na pasta da Marinha, Tomé da Costa Corte Real, que sucedeu a Diogo de Mendonça (l’abbé de Mendonça).

Começa o documento por referir o alvará de D. José, de 6 de Julho (aliás, 28 de Junho) de 1759, pelo qual eram extintas as escolas de humanidades dos jesuítas e proibido o seu método de ensino. Método obscuro e repelente, causa da decadência dos estudos de humanidades. Mas, ainda que esse método fosse diferente, não se lhes devia confiar a instrução e a educação das crianças e da juventude, porque a doutrina que o regime destes religiosos faz ensinar aos que frequentam as suas escolas, tende, não só a arruinar as artes e as ciências, mas também a monarquia e a religião de que o monarca se confessa protector. Para o autor da “memória”, os reis são “imagens vivas da divindade”, e, como protectores da religião, devem, não só observar nos seus estados as leis da Igreja e procurar com todas as forças para os seus súbditos pastores segundo o coração de Deus, mas também lançar mão de todos os meios necessários, afim de que o ensino da Teologia, de onde depende a instrução dos pastores e dos povos, não seja confiado senão a pessoas recomendadas pela pureza da sua doutrina.

No parágrafo 10 das “Instruções” para os professores da língua grega e hebraica, o monarca decidira cometer o ensino da Teologia a algumas Ordens Religiosas e recomendar aos seus Prelados o maior

empenhamento neste importante estudo, para que faça neste Reino os mesmos progressos que fez em todos os outros países da Europa.

Os jansenistas aplaudem as instruções expressas no alvará. “Nada de mais reflectido, de mais sábio, de mais vantajoso, do que este plano de reforma e os regulamentos (“instruções”) que lhes foram adicionados. Por isso, toda a Europa aplaudiu o zelo de Sua Magestade Fidelíssima no progresso das ciencias e da religião nos seus Reinos, progresso que a política dos jesuitas tinha impedido.

Mas chamam a atenção para o essencial. E o essencial não estava nos regulamentos por melhores que sejam. Está, – diz o autor da “memória, – em fazê-los executar de uma maneira que corresponda, não só à importancia do objecto, mas também às intenções do Príncipe. As leis, só por si, não chegam. É necessária a atenção e actividade do governo que lhes assegure pronta e fiel observancia.” Não duvidamos que os novos Mestres que substituíram os jesuitas não trabalhem eficazmente para fazer reflorir em Portugal as artes e as ciencias, se seguirem exactamente as instruções que lhes foram dadas no alvará de Sua Magestade. Se consultarem as excelentes fontes que lhes são indicadas, é certo que se verá o bom gosto reflorir em breve neste Reino.

Mas poder-se-á esperar o mesmo successo dos estudos de Teologia”?

Esta é a grande preocupação dos jansenistas e a razão de ser da presente “memória”. Preocupação suscitada pelas teses do colégio real dos oratorianos de Lisboa, a quem, segundo se pensava, teria sido entregue a formação dos jóvens teólogos, porque estavam infestadas dos falsos princípios dos jesuitas sobre a fé, sobre a penitência, sobre a Igreja, e, sobretudo, sobre as matérias da graça. Apesar de todo o empenho, quer do Príncipe portuguez, quer do seu governo, na restauração dos bons estudos, no que respeita à religião, esse restabelecimento não passará de uma quimera, se formos a ajuizar pelas presentes teses.

Nos lugares eminentes não se pode acompanhar tudo; é preciso contar com as luzes dos outros.

É o que nos leva, com uma inteira confiança, a suplicar aos ministros de Portugal cujo zelo e luzes superiores são conhecidos em toda a Europa, que dispensem alguns momentos à leitura desta memória que só o amor da religião e a glória de Sua Magestade Fidelíssima nos moveu a comunicar-lhes.

Que razões teriam os jansenistas para se dirigirem aos ministros de Portugal com tão inteira confiança?

O país estava numa situação de ruptura diplomática com a Corte de Roma. Além disso, era conhecida a “estimação” que o Marquês de Pombal sempre fizera das obras de toda a escola de Port-Royal. Por outro lado, Carvalho e Melo não estava de boas relações com a congregação do Oratório de Lisboa. Os pareceres dos dois oratorianos, P. João Baptista e P. João Chevalier, sobre o manuscrito – *De potestate regis* – do Desembargador do Paço, Inácio Ferreira do Souto, exasperou o Secretário de Estado. A ousadia do parecer negativo que deram quanto à publicação do manuscrito por ser de teor regalista, mereceu-lhes uma espécie de exílio, a saída compulsiva para outras casas da congregação.⁴ O carácter vindicativo e cruel de Pombal não perdoava e moveu aos oratorianos uma perseguição brutal que os levou às portas da extinção. Em Lisboa, o Cardeal Patriarca suspendeu-os de confessar e pregar no Patriarcado. No Porto, o Governador do Bispado seguiu e imitou o Cardeal. Em Braga, o Arcebispo D. Gaspar suspendeu-os de fazerem exercícios espirituais e de ensinar a juventude.

Os jesuitas tinham sido expulsos do Reino, por lei de 3 de Setembro de 1759. Mas, ao que parece, continuavam presentes nas suas doutrinas.

Ora a “memória” é um ataque cerrado às doutrinas expressas nas teses do Oratório, espelho das ideias jesuíticas: atrição, molinismo, probabilismo. Para o seu autor, os reis são “imagens vivas da divindade”. Defende Du Pin a quem os teólogos portugueses acusavam de “protestante”. Du Pin, mal visto na corte de Roma...

Tudo parece conjugar-se para que a iniciativa de Dupac de Bellegarde e as ideias que defendia tivessem bom acolhimento junto do Governo português.

A tensão entre os membros da comunidade dos Neris é uma realidade que não pode iludir-se. A partir do ano de 1761 foi eleito para Mestre de Teologia da casa do Oratório de Lisboa o P. António Pereira de Figueiredo, declarado inimigo dos jesuítas. Recorde – se, apenas, a batalha rija à volta do *Novo Methodo da Grammatica Latina*... A teologia das teses que, entretanto, foram defendidas sob a sua presidência, já não é a mesma das “teses” que chegaram a Utrecht.

⁴ António Alberto Banha de Andrade, *Contributos para a história pedagógica portuguesa*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, p.423.

O P. Pereira voltou-se para a veneranda antiguidade, para o estudo das actas dos primeiros concílios: Niceia, Éfeso e Constantinopla, e para as actas dos sínodos gregos.⁵ Relativamente ao problema da atrição ou contrição imperfeita, não a aceita como suficiente para a justificação no sacramento da penitencia. E, nesse sentido, escrevera já, em 1757, uma dissertação histórico-teológica contra os escolásticos mais recentes, que veio a ser impressa em 1766, a expensas do bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação. O fim e argumento principal da dissertação, escreve Pereira no prefácio, não é tanto defender a necessidade de um acto de amor inicial, mas mostrar que a suficiencia da atrição servil não fora definida pelo concílio tridentino nem até então aprovada pela Igreja.⁶

A postila do curso que ditou em 1761 e 1762 – *De Verbo Dei Scripto et Tradito* –, publicada 30 anos mais tarde com o patrocínio do bispo oratoriano, D. Francisco Gomes do Avelar, aponta os dois princípios ou fontes dos dogmas da crença cristã: a Escritura e a Tradição. Repudia as veleidades de quem pretende inventar dogmas modernos e entende que o estudo da Teologia se ressentia do desconhecimento da História Eclesiástica, pelo que em 1764 tinha terminados uns *Princípios de História Eclesiástica*, impressos em 1765. Seguem-se, em 1765, as teses da *Doctrina Veteris Ecclesiae de suprema regum...*, fundamentação teológica do regalismo, a *Tentativa Teológica*, em 1766, a *Demonstração (...)* etc. Em pouco tempo, as razões de preocupação de Bellegarde no que em Portugal se passava no campo da Teologia bem podiam desvanecer-se. Com efeito, em 1768, confessava António Pereira: “logo, finalmente, se viu a Teologia restituída ao seu antigo esplendor, restituída à sua liberdade, ocupada no seu próprio ministério, que é ensinar as verdades católicas, não pelas máximas da cúria ou pelos princípios de Molina, mas pelas Sagradas Escrituras e Divinas Tradições do modo que no-las explicaram e transmitiram os Antigos Padres, os concílios, os Pontífices dos primeiros séculos”. Desta sólida Teologia é “conservadora vigilante” a Real Mesa Censória. “E assim é que hoje, em lugar de Suares, Lugo, Ripalda, Belarmino, andam nas mãos de todos um Gerson, um Sarpi, um Marca, um Nicole, um Arnauld, um

⁵ cfr. Catálogo das Obras de António Pereira de Figueiredo mandado fazer por ele mesmo a 28 de Junho de 1780. Torre do Tombo, manuscrito da Livraria, nº 1938.

⁶ Antonii Perieriae Figueiredii... *De non defnita in Concilio Tridentino nec ab Ecclesia adhuc probata sufficientia Attritionis ad gratiam in Sacramento Paenitentiae impetrandam dissertatio Historico-Theologica Adversus Recentiores Scholasticos*. Olisipone, Apud Michaellem Rodriguezium, MDCCLXVI. Foi dedicada ao Bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação.

Pedro Aurélio, um Dupin, um Bossuet, um Launoy.”⁷ Quer dizer, os jesuítas tinham sido substituídos... por jansenistas e galicanos. E abundava na mesma ideia em 1771: “todo o mundo está hoje muito iluminado: a Theologia conseguiu nestes tempos a liberdade que lhe tinham tirado os jesuítas. Não se crê já em bula da Ceia, nem no despotismo da curia romana, Já se não faz caso dos Soares nem dos Belarminos. Só reina e só se atende a antiguidade, os Padres, os concílios, a tradição dos primeiros séculos. Este é o plano de estudos que Sua Magestade agora publica para a reforma deles na Universidade de Coimbra e no Reino todo.”⁸

Parece que os ventos soprados de Utrecht se tinham feito sentir em Portugal: as ideias jansenistas e regalistas avançaram com a benção de Pombal e a colaboração prestimosa de Pereira de Figueiredo, entre outros. Não tinha Bellegarde manifestado “inteira confiança” quando se dirigia aos ministros de Sua Magestade?

As tensões dentro da comunidade neri eram inevitáveis. Pereira sentiu-o e teve que deixar a congregação. Confessa-o em carta de 24 de Abril dirigida ao P. António Ribeiro, da comunidade de Goa: “a perseguição ou oposição que eu experimentei na (casa) de Lisboa foi um dos motivos por que ElRey se desgostou tanto dela: porque desaprovou e perseguir as doutrinas que o Ministerio de Sua Magestade tanto aprova e promove, e que são hoje as que tem estimação na Europa, e na mesma Roma; he o mesmo que opor-se às justas e prudentes intenções de Sua Magestade...”⁹

As relações de Bellegarde com Pereira datam de 1769. É de 29 de Julho desse ano a carta em que lhe pede o estabelecimento de uma espécie de “comercio literário”, carta enviada de Utrecht, por intermédio do consul de Portugal na Holanda, Domingos Luis da Costa. “Mr de Bellegarde, homem digno da amizade de V.R.ma por sua qualidade, procedimento e letras, pediu-me quizesse encaminhar à presença de V.R.ma a carta incluza com o livro do Suplemento das obras do Doutor Van Espen que o dito Mr. de Bellegarde fez imprimir novissimamente”...(carta do consul, de 15 de Agosto)¹⁰.

⁷ António Pereira, *Compendio da Vida e Acções do Veneravel João Gerson*. Lisboa, Officina de Antonio Vicente da Silva, 1768. (da Dedicatória ao Conde de Oeiras).

⁸ J.H. da Cunha Rivara, *Cartas de Luis Antonio Verney e António Pereira de Figueiredo aos Padres da Congregação do Oratório de Goa*. Nova Goa, 1858, p.15.

⁹ *Obr. cit.*, p.15.

¹⁰ Candido dos Santos *obr. cit.* p.260

É grande a afinidade de ideias destes dois homens. Dizia o autor da memória” que a ciência teológica tinha o seu fundamento na Sagrada Escritura e na Tradição, e que se os teólogos portugueses tivessem sido fiéis a estas regras invioláveis, mereciam o nosso aplauso; mas, infelizmente, na maior parte das questões que tratam, e sobretudo nas que dizem respeito às matérias da graça, afastam-se tanto da doutrina da Escritura e dos Santos Padres, para as adaptar às novidades molinistas, que nos aflige ver o clero português cair de novo nas ciladas dos jesuítas, depois da sabedoria e religião do Príncipe tudo fazer para os libertar. Mas Pereira confessava, pouco depois (1771): “a Teologia conseguiu nestes tempos a liberdade que lhe tinham tirado os jesuítas”. E continua Bellegarde: “ignoram, porventura, os teólogos portugueses que é nos santos doutores, e não nos autores modernos, que é preciso procurar o verdadeiro sentir da Igreja? E podem ignorar que da venerável antiguidade é, sobretudo, Santo Agostinho a grande autoridade nas matérias da graça? Em 1771 podia o P. Pereira escrever: “no plano de estudos de Sua Magestade já só reina a antiguidade, a doutrina dos Padres, dos concílios, e a tradição dos primeiros séculos”.

E quanto ao molinismo?

O autor da “memória”, depois de condenar nos teólogos portugueses a doutrina da atrição ou contrição imperfeita, passa a atacar o molinismo. Quando foi preciso examinar pelos finais do s. XVI as opiniões de Molina nas célebres congregações *De auxiliis*, o Papa Clemente VIII seguiu as pisadas dos seus antecessores. Desde as primeiras reuniões, o Pontífice chamou a atenção dos dominicanos e dos jesuitas para a necessidade de não se afastarem do verdadeiro sentido das Escrituras e da pura doutrina de Santo Agostinho. Doutrina que tinha sido aprovada pelos seus antecessores, Zózimo, Bonifácio, Celestino, Leão, Hormidas e que o santo Doutor de Hipona tinha suscitado para defender a fê da Igreja contra pelagianos, semipelagianos e todos os inimigos da graça de Jesus Cristo. Seria de desejar que os teólogos portugueses tivessem meditado profundamente sobre as censuras de que foi objecto a doutrina de Molina nestas congregações. Teriam verificado quanto Santo Agostinho é digno de consideração no que respeita às matérias da graça, e, por outro lado, qual é a sua verdadeira doutrina sobre este assunto tão importante. São muitos e com obra aprovada pela Igreja os teólogos que se impuseram o dever de tomar por Mestre a Santo Agostinho: Estius, Haighens, o cardial Noris, os augustinianos Bellelli

e Berti, etc. Porém, em vez de seguirem estes excelentes modelos, os teólogos portugueses foram colher as suas opiniões às obras de inimigos declarados de Santo Agostinho, como Tournely¹¹ e Languet que corrompem a sua doutrina com interpretações molinistas. Pelo menos, assim parece, ao lermos as teses que temos sob os olhos.

É verdade que a Igreja ainda não condenou o molinismo e não se deve tolher a liberdade das escolas. Deixe-se, pois, de disputar se a graça é eficaz por si mesma, ou pelo consentimento da vontade; se ela age por uma moção física, ou por uma moção moral. O molinismo é ensinado na Igreja, estamos de acordo – escreve Dupac na “memória” –, mas esta santa esposa de Jesus Cristo, longe de o aprovar, olha-o como uma novidade profana que detesta. Não pronunciou ainda um juízo definitivo contra esta opinião oposta à palavra de Deus e ao ensinamento dos Padres, mas não faz senão tolerá-la como um mal passageiro que transporta no seu seio.

Ninguém ignora que a questão do molinismo foi analisada longamente e com grande profundidade nas congregações *De auxiliis* na presença dos Papas Clemente VIII e Paulo V e que a bula que confirma a doutrina de Santo Agostinho e condena as novidades de Molina foi elaborada, aprovada, e esteve prestes a ser publicada. Se a publicação não teve ainda lugar, isso deve-se ao manejo e às intrigas dos jesuítas que tudo fizeram para desviar o raio que os ameaçava e fazê-lo cair sobre a cabeça dos seguidores de Santo Agostinho e de S. Tomás. Mas a bula não foi suprimida e conserva-se nos arquivos do Vaticano.

Sobre as matérias da graça, o Príncipe encontra dois sentimentos na Igreja: um que remonta aos tempos apostólicos; outro, que não tem 200 anos de antiguidade; um que é conforme à palavra de Deus, aos decretos dos Soberanos Pontífices e dos concílios e aos ensinamentos dos Padres; outro que reveste um carácter completamente oposto. Nestas condições pode um Príncipe hesitar um instante na escolha dos que irão ocupar as cadeiras de Teologia no seu Reino?

¹¹ Honoré Tournely (1658-1729, teólogo francês, fez estudos brilhantes em Paris. Doutorou-se em teologia em 1688. Foi professor da Universidade de Douai, e parece que tomou parte na célebre mistificação que ficou conhecida por “fourberie de Douai”. Em 1692, regressou à Sorbonne como professor. Aí se manteve até 1716 como um professor de sucesso. Combateu duramente os jansenistas. Estes retribuía-lhe da mesma forma. Dupac na “memória” chama-lhe “alma baixa” e “vendido” aos jesuítas. Além disto, os jansenistas puseram a correr, sem qualquer fundamento, que Tournely tinha redigido algumas obras de bispos desafectos ao jansenismo, como o bispo de Soissons, Languet de Gerzy.

Para uma função desta importância tem de escolher teólogos conhecidos por serem inimigos de todas as novidades e afectos à antiga doutrina. Porque, nos lugares onde o molinismo se implantou, insensivelmente se eclipsou a luz, para ceder o lugar à ignorância, ao relachamento, à aversão pelo estudo e ao desprezo da tradição. Não se renovarão os bons estudos eclesiásticos neste Reino florescente, se não se escolherem professores de Teologia opostos aos sentimentos jesuítas e sinceramente ligados à doutrina da Escritura e dos Padres, e principalmente de Santo Agostinho e de S. Tomás sobre as matérias da graça. É a única via que há a seguir para cumprir dignamente os desígnios da sabedoria e da religião que Sua Magestade Fidelíssima manifesta no seu alvará.

Se Pombal não leu esta “memória”, a doutrina teológica que passou a vigorar identifica-se plenamente com ela. Cumprindo ordens do Marquês, o P. Pereira de Figueiredo compilou um conjunto de materiais que veio a ser designado por “*doutrinas da Igreja sacrilegamente ofendidas pelas atrocidades jesuíticas*”. Um exemplar deste dossier foi enviado para Bellegarde em carta de 26 de Abril de 1774, através de um membro da família VanZeller. Pereira informa acerca dele: *quaecumque sive de Sacra Scriptura sive de Sanctis Patribus sive de magnis Theologis, huic formando operi congesta et substracta sunt: ea ego jussus subministravi*. A obra foi impressa em Lisboa, na Regia Officina Typografica em 1772. O manuscrito original pode ver-se na Torre do Tombo com anotações do próprio Pombal, a começar pelo título¹² O Molinismo é tratado em conexão com o probabilismo jesuítico, a segunda atrocidade que ofende a doutrina da Igreja. “Os homens doutos e prudentes de todas as Nações iluminadas, que sabem com justo critério reflectir sobre as causas do erróneo e escandaloso Probabilismo jesuítico, facilmente compreendem que a principal e mais conexas com este horrível Monstro (sempre contrário à doutrina Evangélica), é certamente o sistema molinístico, publicado em Lisboa pelo Jesuíta Luis de Molina há cento e oitenta e dois anos, com aprovação e aplauso dos seus

¹² Torre do Tombo Ms. da Livraria 2573. A letra das “anotações” é a mesma das “anotações” da *Dedução Cronológica e Analytica*. (Cfr. Biblioteca Nacional, Coleção Pombalina, 444 a 446). Este manuscrito foi impresso com o título: *Doutrinas da Igreja sacrilegamente ofendidas pelas Atrocidades da Moral Jesuítica que foram expostas no Appendix do Compendio Historico e deduzidas pela mesma ordem numeral do referido Appendix*, (...) Lisboa, Na Regia Officina Typografica. Anno MDCCLXXII.

Sócios, animados pelo despótico poder com que tiranizam estes Reinos”¹³

O autor da “memória” suplica, de seguida, aos ministros de Sua Magestade que lhe permitam algumas observações sobre várias bulas dos Sumos Pontífices mencionadas nas teses dos Padres do Oratório de Portugal que tinha entre mãos. Nelas se falava de Miguel Baio, Jansénio e Quesnel. Começa pela questão de Jansénio, que, segundo diz, é menos embaraçosa, e pergunta qual o fundamento para os teólogos portugueses afirmarem que o jansenismo é uma heresia que teve e ainda tem seguidores. Trata-se de uma “pura ficção” que eles tornam real sem qualquer prova. Se conhecem algumas pessoas que defendem as proposições atribuídas a Jansénio e censuradas pelo Papa Inocencio X devem apresentá-las. Não podem limitar-se a afirmações vagas e caluniosas que lançam o alarme na Igreja, supondo uma seita que é produto da sua imaginação. E evoca a distinção entre a questão de direito e a questão de facto.” Não há ninguém entre os católicos que não condene estas proposições. A única dificuldade que se levantou sobre este ponto foi a de saber se Jansénio as ensinou ou não. Questão de pura crítica- diz- que não pode ser considerada na Igreja como heresia, e que não teria tido qualquer influencia, se tivesse sido acatada a paz clementina, em 1669. (breve de reconciliação do Papa Clemente IX).

“Mas agrada aos teólogos de Portugal considerar esta paz como uma quimera: nova prova de que não estão de modo algum ao corrente desta importante questão, que não têm qualquer conhecimento da maior parte das peças originais que lhe dizem respeito e que julgam acerca das nossas controversias pelos olhos dos jesuitas e dos seus partidários”.

Bellegarde não deixa passar em claro o que dizem os autores das teses acerca da infalibilidade da Igreja na decisão dos factos doutrinais não revelados. Trata-se apenas de um sistema recente inventado pelos jesuitas, que consideram o caso de Jansénio como um caso decidido pela Igreja, quando, na realidade, o corpo dos pastores nunca procedeu a qualquer exame do livro do bispo de Ypres. E sugere-lhes a leitura das obras do oratoriano Barónio e dos jesuitas Belarmino, Sirmond, Petau, Veron (todos autores que lhes não devem ser suspeitos...) para verificarem que a pretensa infalibilidade da Igreja sobre os factos

¹³ *Doutrinas da Igreja...* p.36 (impresso).

doutriniais não revelados é um dogma novo, desconhecido da antiguidade e mesmo dos tempos mais modernos.

As bulas consideradas são a de Pio V contra várias proposições tiradas da obra de Miguel Baio¹⁴ e a bula de Clemente XI contra o livro das *reflexões morais* de Pasquier Quesnel.¹⁵

Não podem servir estas bulas para estabelecer qualquer dogma, nem podem ser usadas para autorizar doutrinas novas e estranhas. O que serve apenas para causar divisões na Igreja e no Estado. E isto por tres razões fundamentais:

1º, porque as bulas censuram um número de proposições por qualificações vagas e indeterminadas; 2º, porque podem ser dados diversos sentidos à maior parte destas proposições e as bulas não determinam qual é, dos diferentes sentidos possíveis, aquele que elas condenam; 3º, porque há na Igreja opiniões diametralmente opostas à doutrina tratada nestas proposições.

As bulas referidas não são entendidas da mesma maneira pelas pessoas que as aceitam, designadamente os molinistas, os tomistas e os augustinianos. A divisão manifesta-se, não só quanto ao sentido das proposições, mas também quanto à forma de as qualificar. Censuradas

¹⁴ Miguel Baio (1513-1589), professor de Exegese na Universidade de Lovaina (1551-1589), defendia uma reforma da Teologia através dum contacto mais estreito com a Sagrada Escritura e os Santos Padres, o que não acontecia com a Escolástica, demasiado eivada de elementos aristotélicos. Debruçando-se sobre os escritos anti-pelagianos do bispo de Hipona, Santo Agostinho, chegou a fazer afirmações sobre o pecado original, o livre arbítrio, a justificação, aproximadas de Lutero e de Calvino. Defendeu a corrupção total do homem depois do pecado original, a negação do livre arbítrio e a irresistibilidade da graça eficaz. O Papa Pio V, pela bula "Ex omnibus afflictionibus" de 1 de Outubro de 1567, condenou 79 proposições de Baio e seus discípulos. Baio submeteu-se em 1580, mas, nem por isso, as suas doutrinas se extinguíram completamente em Lovaina.

¹⁵ Pasquier Quesnel nasceu em Paris e entrou na Congregação do Oratório em 1657. Ensinou no Seminário de Saint-Magloire a partir de 1666 onde pensou e escreveu o livro *Le Nouveau Testament en Francois avec des Reflexions Morales sur chaque verset (...)* que esteve na origem de vivas polémicas. Este foi o título que veio a tomar em 1692, após várias alterações e desenvolvimentos, em edições sucessivas. As *Reflexões Morais* foram condenadas pela bula *Unigenitus Dei Filius* de 13 de Setembro de 1713. Sacadas deste livro, condenou Roma 101 proposições, que distinguiu em teológicas e disciplinares. As proposições teológicas versavam sobre a graça (1-48), sobre o temor (49-57); as disciplinares sobre a Igreja (72-75), sobre a Escritura (79-86), sobre o pecado e a excomunhão (87-92) e sobre os abusos da Igreja (93-101). Por causa das doutrinas que defendia, teve que abandonar a França e refugiar-se, primeiro em Mons, e depois em Bruxelas, onde viveu na companhia de Antoine Arnauld, o corifeu do jansenismo, até à morte deste em 1694.

Cfr. René Taveneaux, *Jansenisme et Politique*, Armand Colin, 1965. P.240.

globalmente como blasfematórias, heréticas, errôneas, temerárias, malsonantes, escandalosas, etc., a qualificação a atribuir a cada uma delas pelo molinista, pelo tomista ou pelo augustiniano depende dos seus preconceitos. Nascem daqui interpretações contraditórias.

E os apelantes, aqueles que não aceitam as bulas contra Baio e Quesnel e apelam para um concílio geral?

Os molinistas acusam-nos de terem as mesmas posições dos teólogos agostinhos Bellelli e Berti,¹⁶ cujas obras teológicas o arcebispo de Viena, Yse de Saléon, e o arcebispo de Sens, Languet, tentaram que fossem condenadas em Roma, como obras portadoras do veneno do baianismo, do jansenismo e do quesnelismo. Porém, o Papa esclarecido Bento XIV, após exame a que mandou submetê-las, declarou-as perfeitamente ortodoxas, autorizando mesmo que Bellelli e Berti publicassem uma defesa ou apologia das suas doutrinas. Caso paralelo sucedeu ao Cardeal Noris¹⁷ cuja história pelagiana e a dissertação sobre o 5º concílio ecuménico fora posta no Index pelo grande Inquisidor de Espanha sob pretexto de baianismo e jansenismo. O mesmo Pontífice Bento XIV declarou sã a doutrina do purpurado e admoestou seriamente o Inquisidor pela injúria feita à “memória deste grande homem.”

Sendo assim, e se, afinal, se trata de uma doutrina sã e como tal reconhecida em Roma, e, se a doutrina dos dois teólogos agostinhos é a mesma dos apelantes, segue-se que a doutrina dos apelantes é muito ortodoxa, e o baianismo e o quesnelismo são apenas heresias

¹⁶ Bellelli e Berti são dois teólogos, monges agostinianos. Fulgencio Bellelli (1675-1742) ensinou teologia em Veneza e em Roma. Em 1727 foi eleito Geral da sua Ordem. Publicou em 1711 *Mens Augustini de statu creaturae rationalis ante peccatum*. obra na qual combate os erros de Pelágio, Baio e Jansénio, Foi denunciada à Inquisição, mas nada foi encontrado de condenável. Em 1743, um ano após a sua morte, Jean d'Yse de Saléon publicou uma obra contra ele – *Baianismus et jansenismus redivivus*. Neste escrito de Saléon era também atacado Jean-Laurent Berti (1696-1766). Este tomou a defesa do seu antigo superior, Bellelli, e nenhum dos dois teólogos agostinhos foi sujeito a qualquer condenação.

¹⁷ Henrique Noris, monge agostinho e cardeal, nasceu em Verona, a 29 de Agosto de 1631 e faleceu a 22 de Fevereiro de 1704. Admirado pelos homens de ciência do seu tempo, escreveu um considerável número de obras, deixando muitas manuscritas. O ponto de partida da sua produção literária foi uma *Historia pelagiana*, composta nos anos de 1670-1672, quando as polémicas entre jesuítas e jansenistas pareciam abrandar. Nesta obra, Noris expôs com serenidade os acontecimentos que precederam, acompanharam e seguiram a crise pelagiana e o seu prolongamento semi-pelagiano. Mas não manteve essa serenidade até ao fim. Na parte final do seu estudo, tomou partido contra aqueles que, de um lado e outro, tinham, de alguma maneira, desfigurado o pensamento de Santo Agostinho. Referia-se, sobretudo, aos molinistas. A esta obra se refere o autor da “memória”.

imaginárias. Yse de Saléon e Languet tomam como erros do baianismo e do quesnelismo aquilo que em Roma é considerado doutrina da Igreja. São erros que os apelantes detestam, que ninguém entre os católicos defende, e que o próprio Baio e Quesnel sempre firmemente rejeitaram- conclui Dupac de Bellegarde.

Perante o exposto relativamente a estas bulas causa-nos surpresa ver os teólogos portugueses salientar com ênfase nas suas teses a aceitação que os bispos fizeram destes decretos de Roma. Mas, afinal, o que aceitaram eles? O que examinaram? O que julgaram? Absolutamente nada.

“Que os teólogos portugueses cessem, pois, de fazer valer esta sombra de aceitação e convenham que ela só poderia estar fundada na infalibilidade do Papa, quer dizer, sobre uma simples opinião contrária às decisões formais de dois concílios adoptados e reconhecidos por tais pelos Soberanos Pontífices que a eles presidiram. Ora, a quem persuadirão estes teólogos que será prudente fundar de maneira cega a sua crença sobre uma opinião que é nada menos que certa, e considerar como uma decisão da Igreja universal apenas o juízo do Papa, não somente quando propõe a crença em qualquer coisa de claro e preciso, mas mesmo quando elabora decretos enigmáticos que os pastores e os teólogos interpretam em sentidos contraditórios e que ele mesmo recusa permanentemente explicar”.

Para bem do Estado e da religião, deve o Príncipe impor um rigoroso silencio sobre os decretos, as bulas, cuja obscuridade não traz luz mas combates entre os teólogos.

O Príncipe que ama a religião e a paz, banirá do seu Reino estas divisões intestinas, e, para mais eficazmente o conseguir, deve empregar toda a sua autoridade para que a direcção dos estudos de Teologia seja confiada apenas a homens doutos e prudentes que, fugindo destas vãs contestações, se apliquem com todo o seu poder a formar a juventude na verdadeira ciencia eclesiástica. Esta conduta parece tanto mais necessária no Reino de Portugal, quanto os jesuítas, até ao presente, aí difundiram às mãos cheias o veneno da sua doutrina.

Para uma verdadeira reforma dos estudos eclesiásticos não basta mudar os Mestres; é preciso atender às doutrinas. Alguns princípios que parecem autorizados nas bulas que referimos, podem provocar grandes perturbações no Reino. Pode acontecer que seja tomada a sério a 91ª proposição da bula *Unigenitus* de Clemente XI contra as *reflexões morais* de Quesnel, segundo a qual o medo de uma excomunhão injusta nunca deve impedir-nos de cumprir o nosso

dever...¹⁸ Assim, o medo de ser excomungado pelo seu superior eclesiástico pode impedir os súbditos de prestar fidelidade ao seu Príncipe. Se se permite ensinar esta máxima sediciosa, eis uma fonte de perturbações e de revoltas e o alicerce da autoridade monárquica está posto em causa.

Os reis são “imagens vivas da divindade” e o regicídio, ou atentado dos vassallos contra a vida dos seus próprios soberanos, é um crime de Lesa magestade, uma das “atrocidades” jesuíticas – a 20^a – que ofende sacrilegamente a doutrina da Igreja. Compreende-se, deste modo, o que escreveu o P. António Pereira de Figueiredo numa das suas censuras da Real Mesa Censória a respeito de Quesnel e da bula *Unigenitus*:

“... tanto quanto me diz respeito, já fiz saber um número de vezes suficiente, quanto prezaria, se todo este Reino se persuadisse da justiça e unção que se revelam nas Reflexões (Reflexões Morais sobre o Novo Testamento) de Quesnel e se os olhos de toda a gente estivessem abertos para ver que a constituição *Unigenitus* que eu detesto e desacredito (sublinhado nosso), foi uma manobra pela qual os jesuítas tentaram, e em parte conseguiram, estabelecer nestes Reinos os novos princípios de Molina e a relaxação dos seus casuistas, em lugar da velha e sã doutrina de Santo Agostinho”.¹⁹

E Du Pin? Louis Ellies Du Pin²⁰ foi um dos autores condenados, juntamente com Febrônio, na célebre Pastoral do bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação. No parecer da Real Mesa Censória (23-12-1768), que levou o bispo á prisão da Junqueira, Du Pin, como

¹⁸ *Excommunicationis injustae metus nunquam debet nos impedire ab implendo debito nostro...Nunquam eximus ab Ecclesia, etiam quando hominum nequitia videmur ab ea expulsi, quando Deo, Jesu Christo, atque ipsi Ecclesiae per caritatem affixi sumus. Cfr. Dictionnaire de Theologie Catholique, s.v. Unigenitus (Bulle).*

¹⁹ Torre do Tombo, Real Mesa Censória, maço 592. Citado in Samuel Miller, *Portugal and Rome c.1748-1830. An Aspect of the Catholic Enlightenment*. Roma, Universita Gregoriana Editrice, 1978, p.208.

²⁰ Louis Ellies Du Pin (1657-1719), célebre erudito e teólogo frances. Doutor pela Sorbone em 1684, obteve um cátedra no Colégio de França, que mais tarde veio a perder. Entregou-se, sobretudo, ao estudo da história eclesiástica. Favorável às ideias jansenistas, nunca foi, porém, um jansenista obstinado, como Petitpied, por exemplo, a ajuizar pela rapidez com que se retratou. A obra de Du Pin citada na célebre pastoral de D. Miguel da Anunciação é *De antiqua Ecclesiae disciplina*. A sentença da Real Mesa Censória contra a pastoral baseou-se artificialmente na mistura que entendeu ver de autores sábios e católicos (Du Pin e Febrônio) com autores materialistas e libertinos. Do que na realidade se tratava é que as doutrinas de Du Pin eram favoráveis às teses oficiais do governo portugues. Censurá-las era atentar contra a própria Soberania.

Febrônio, são considerados homens sábios e católicos, recomendáveis pelas suas doutrinas, sãs e importantes. Du Pin é nas teses dos teólogos portugueses apodado de “protestante”. É um erro dos mais grosseiros- escreve o autor da “memória”. Mr. Du Pin, doutor da Sorbonne, sempre viveu e morreu no seio da Igreja católica. Longe de ser protestante muitas vezes combateu estes heréticos. Como era odioso aos jesuítas, quer porque os não poupou em várias das suas obras, quer porque tomou fortemente a defesa das liberdades galicanas, não é de admirar ver estes padres tratá-lo como protestante em um país em que quase não é conhecido. Uma ignorancia que não se perdoa a Mestres de Teologia que devem possuir toda a erudição necessária para não confundir autores católicos com heréticos.

E a “memória” termina com um sentimento de esperança:

“Nós esperamos que os ministros de Sua Magestade Fidelíssima dispensarão um atenção particular aos assuntos importantes que acabamos de por sob os seus olhos, e que sentirão a necessidade indispensável de dar aos jóvens teólogos portugueses mestres affectos à sã doutrina e impor silencio sobre bulas de que é tão facil fazer um uso pernicioso. Nós temos a experiencia em França dos males de toda a espécie que o desejo de fazer valer estes decretos da Corte de Roma causou na Igreja e no Estado. Depois de contestações infinitas que só tiveram como resultado o vexame dos súbditos mais eminentes pela ciencia e pela piedade e a decadencia dos bons estudos, o Rei cristianíssimo não encontrou meio mais eficaz para apagar o fogo que estas divisões ateavam cada vez mais do que impor silencio sobre estas materias que, diz ele na sua declaração, não podem ser agitadas sem prejudicar igualmente o bem da religião e o do Estado.”

Gabriel Dupac de Bellegarde foi um activíssimo militante das ideias jansenistas. À sua difusão e defesa dedicou a vida. Um exemplo disso é a mensagem da presente “memória.” Mensagem que foi, em grande parte, escutada na época de Pombal.

**Memoire
au sujet des etudes ecclesiastiques
du Royaume de Portugal**

P.1 Le Roy de Portugal a donné un edit le 6 Juillet 1759 par lequel ce Prince abolit dans ses etats les ecoles d'humanités des Jesuites, defend de se servir de leur methode d'enseigner, et en prescrit une nouvelle. Sa Magesté tres fidele convaincue par une longue experience des maux infinis que ces peres ont causés dans ses royaumes, remarque d'abord que les etudes d'humanites y sont dechues, depuis que les ecoles ont été confiés aux Jesuites: et que la cause de cette decadence est la methode obscure et rebutante qu'ils y ont introduite. Le monarque ajoute que ces relligieux ont cherché à tromper les portugais, en mettant obstacle par la susdite methode au progrès de leurs etudes, afin qu'après les avoir nourris et entretenus longtemps dans l'ignorance, ils pussent les tenir toujours dans une sujettion et une dependance aussi injuste que pernicieuse. Enfin Sa Magesté observe fort judicieusement que quand mesme les dits relligieux auraient une methode toute differente, on ne devrait plus neanmoins leur confier ni l'instruction, ni l'éducation des enfans et de la jeunesse, depuis qu'une funeste experience a montré par des faits décisifs, et qui ne sont susceptibles d'aucune tergiversation ni interpretation, que la doctrine /P.2 que le regime de ces relligieux fait enseigner a ceux qui frequentent leurs classes et leurs ecoles, ne tend qu'à ruiner non seulement les arts et les sciences, mais encore la monarchie mesme et la relligion, que je ne dois cesser, dit ce prince, de maintenir dans mes royaumes et seigneuries par ma protection royale.

Cette protection que les rois, comme images vivantes de la divinité, doivent a la relligion, ne les oblige pas seulement a faire observer dans leurs etats la paix de l'église, et a procurer, autant qu'il est en eux, a leurs sujets des pasteurs selon le coeur de Dieu; mais encore a prendre tous les moyens necessaires, afin que la direction des etudes de theologie, d'oú depend l'instruction des pasteurs et des peuples, ne soit confiéé qu'a des personnes recommandables par la pureté de leur doctrine. C'est sur quoi le roy de Portugal parfaitement instruit de ses droits et de ses obligations, s'explique de la maniere la plus precise dans l'article 10 des instructions qu'il a fait dresser pour les professeurs des langues greque et hebraique. Cet article parle expressement que Sa Magesté a resolu de commettre quelques ordres

reguliers pour enseigner la theologie, et de s'en raporter a leurs Superieurs les plus meritants pour tout ce qui pourra animer a cette etude importante, de maniere quelle fasse dans ce royaume les mesmes progrès quelle a faits dans les autres païs de l'Europe.

Rien de plus reflechi, de plus sage, de plus avantageux que ce plan de reforme, et les reglemens qui y sont joints. Aussi toute l'Europe a-t'elle applaudi au zele de Sa Magesté tres fidele pour le progrès des sciences et de la relligion dans ses royaumes: progrès que la politique des Jesuites avaient (sic) arrestés jusqu'alors, pour tenir /P.3 les portugais dans une indolence qui les empechat d'apercevoir toutes les machines que ces peres preparaient contre la Relligion et l'Estat. Cependant quelques bons et quelques necessaires que soient ces reglemens en eux memes, l'essentiel consiste a les faire executer d'une maniere qui reponde et a l'importance de l'objet, et aux intentions du Prince. Les lois les plus sages deviennent inutiles, et ne servent qu'a faire des prevaricateurs, si l'attention et l'activité du gouvernement ne leur procure une prompte et fidele obeissance. Ces lois ne sont plus alors qu'une simple lumiere qui decouvre le mal sans y apporter les remedes necessaires. Elles ne sont plus qu'une faible digue que le torrent de la licence a bientot renversé.

Nous ne doutons pas que les nouveaux maitres qu'on a substitués aux Jesuites ne travaillent efficacement a faire refleurir en Portugal les arts et les sciences. S'ils suivent exactement les instructions qu'on leur donne dans l'édit de Sa Magesté; s'ils puisent dans les excellentes sources qu'on leur indique, il est certain qu'on verra le bon gout des lettres se renouveler avant qu'il soit peu dans ce royaume. Mais peut on esperer le mesme succès des etudes de theologie? Si on en juge par plusieurs theses * soutenues depuis deux ans en Portugal dans le College Royal des peres de l'oratoire, auxquels il parait qu'on a confié l'instruction des jeunes theologiens, il y a de quoy allarmier les personnes sincerement attachées a la doctrine de l'église. Les faux principes des Jesuites sur la foy, sur la penitence, sur l'église, et principalement sur les matieres de la grace, sont tellement repandus dans ces theses, aussi bien que les calomnies dont ils ont coutume de noircir leurs adversaires, que si ces relligieux n'avaient point été chassés du royaume, il n'y a personne qui a la simple lecture de ces /P.4 productions moliniennes, ne les leur eut attribuées. L'intention de Sa Magesté tres fidele n'est pas assurément qu'on continue d'infecter ses etats de la doctrine perverse de la Societé qu'il a proscrite. Ce Prince et ses Ministres ont trop a coeur le retablissement des bonnes

études: et il faut l'avouer: ce retablissement, quant a ce qui concerne la religion, ne serait qu'imaginaire, si l'on s'en tenait a la doctrine de ces theses. Dans les places eminentes il n'est pas possible de tout examiner par soy meme. Il faut necessairement se reposer sur les lumieres des autres. Avec les intentions les plus pures, on peut etre surpris dans le choix des sujets qu'on employe. Mais quand on aime la verité, et qu'elle se montre au grand jour, l'illusion se dissipe aisement. C'est ce qui nous porte avec une entiere confiance a supplier les ministres de Portugal, dont le zele et les lumieres superieures sont connues dans toute l'Europe, de donner quelques momens a la lecture de ce memoire que le seul amour de la religion et la gloire de Sa Magesté tres fidele nous engagent de leur communiquer.

Il n'en est pas de theologie comme de la plupart de sciences humaines, ou chacun embrasse des systemes particuliers sans qu'il en resulte d'inconveniens considerables. La science theologique est appuyee sur le fondement inbranlable de la parole de Dieu contenue dans l'écriture sainte et dans la tradition de l'église catholique: primo divinae legis autoritate: tum deinde Catholicae ecclesiae traditione, dit Vincent de Lerins. C'est dans ces deux sources de la doctrine chretienne qu'un theologien doit puiser les verités catholiques qu'il est chargé d'enseigner, et des autorités dont il a besoin pour etabliir ces verités inalterables, et pour les defendre contre les novateurs qui ont la temerité /P.5 de les attaquer, de les obscurcir et de les corrompre. Si les theologiens de Portugal dont les theses sont parvenues jusqu'a nous, eussent été fideles a suivre ces regles inviolables, nous n'aurions que des applaudissemens a leur offrir. Mais dans la plupart des questions qu'ils traitent, et surtout dans celles qui regardent les matieres de la grace et leurs dependances, ils s'ecartent d'une maniere si etrange de la doctrine de l'écriture et des saints peres, pour adopter les nouveautés moliniennes, que pour peu qu'on aime l'église, on est affligé de voir le clergé de Portugal retomber dans les filets des Jesuites, apres que la sagesse et la religion du Prince ont mis tout en oeuvre pour l'en delivrer.

Ces theologiens peuvent ils ignorer que c'est dans les ouvrages des SS. docteurs, et non dans ceux de quelques modernes qui s'ecartent de leur doctrine, qu'il faut chercher les vrais sentimens de l'église? Peuvent ils ignorer qu'entre ces docteurs de la venerable antiquité, c'est principalement a Saint Augustin que les Souverains Pontifes ont renvoyé dans tous les temps pour s'instruire de ce que

l'église romaine enseignait sur les matieres de la grace? Quand il fut question d'examiner vers la fin du 16 siècle les opinions de Molina dans les celebres Congregations De auxiliis, le Pape Clement VIII marcha constamment sur les traces de ses predecesseurs. Dès la première des congregations ou il assista, ce Pontife adressant la parole aux dominicains et aux Jesuites qui devaient discuter contradictoirement les matieres, les exorta fortement a ne point s'ecarter du vrai sens des ecritures et de la pure doctrine de Saint Augustin, que personne de vous, leur dit-il, n'ignore etre la doctrine de l'église: quum et ecclesiae doctrinam nemo vestrum ignorat (a). Dans un autre discours du mesme jour, ce Pape declara que les raisons qui l'engageaient a juger de la controverse /P.6 De auxiliis suivant les sentimens de St. Augustin ad mentem Sti Augustini, c'estait que ces predecesseurs, Zozime, Boniface, Celestin, Leon, Hormidas avaient approuvé les ouvrages de cet homme tres saint suscité de Dieu pour defendre la foy de l'église contre les pelagiens et les semipelagiens, et pour renverser toutes les machines et les vaines subtilités.(c) de ces ennemis de la grace de J.C.. C'est pourquoy, conclut il, je veux qu'on tire de la mesme source, par un droit hereditaire l'intelligence tres pure et tres salutaire de la doctrine evangelique et apostolique. Ex eodem fonte jure haereditario defaecatissimam et saluberrimam evangelicae apostolicaeque doctrinae intelligentiam hauriri volo.(d)

Il serait a souhaiter que les theologiens portugais eussent medité profondement les excellentes censures qui furent portées contre la doctrine de Molina dans ces scavantes Congregations, et qui furent adoptés par les papes Clement VIII et Paul V. Ils y auraient appris d'un costé combien l'autorité de S.t Augustin est considerable dans tout ce qui concerne le dogme de la grace; et de l'autre quelle est la vraye /P.7 doctrine de ce pere sur cette importante matiere. Il serait a souhaiter qu'ils marchassent sur les traces des habiles theologiens de ces derniers temps, qui se son fait un devoir de prendre le S. docteur pour maitre, tels qu'Estius, Haighens, Henri de S.t Ignace, le Cardinal Noris, Belelli et Berti et une infinité d'autres dont les ouvrages sont universellement approuvés par tous ceux qui ne sont point infectés des erreurs moliniennes. On scait en particulier l'estime singuliere que le feu pape Benoit XIV faisait des ouvrages du cardinal Noris dont il a pris la defense et de la theologie des peres Belelli et Berti. Enfin il serait a souhaiter que les nouveaux theologiens de Portugal consultassent un nombre de theses qui se soutiennent aujourduy a Rome et dans toute l'Italie. Ils verraient avec etonnement combien

leur doctrine est differente de celle qui s'enseigne communement dans cette capitale du monde chretien. Quel meilleur modele en ce genre pourraient ils se procurer que les excellentes theses des clers reguliers de St. Paul, autrement Barnabites, soutenues a Rome en 1755 avec un applaudissement general? (a). Entre plusieurs autres theses encore plus recentes que nous pourrions citer, celle qui a ete soutenue a Rome en 1762 par Jean Barsanti de St Antoine clerc regulier des ecoles pies (b) merite une attention particuliere. On y voit d'une maniere bien consolante pour l'eglise l'attachement sincere que l'on conserve a Rome pour la doctrine de St. Augustin sur la grace, et la fidelite a transmettre dans toute sa purete cette precieuse doctrine sans la corrompre, comme il arrive souvent aux Jesuites et a leurs partisans, par des interpretations moliniennes.

Mais au lieu de s'attacher a ces excellens modeles qui formeraient / P.8 les jeunes clers dans la vraye science ecclesiastique, les theologiens portugais ont puisé leurs sentimens dans les ouvrages des ennemis declarés de la doctrine de St. Augustin. Il semble en lisant leurs theses quelles soyent dressées sur la theologie du docteur Tourneli, et sur les ouvrages polemiques de Mr. Languet archevesque de Sens: auteurs absolument devies qui n'ont ete occupés dans leurs ecoles qu'a affaiblir, a corrompre et a defigurer les temoignages les plus clairs et les plus precis du St. docteur en faveur de la grace toute puissante de J.C. Ce sont les memes principes, les memes opinions nouvelles, les memes preventions: Tourneli etait si aveuglement livré aux Jesuites qu'il leur a sacrifié non seulement ses talans, mais encore son honneur et sa Reputacion. Dans l'insigne fourberie de Douai que ces relligieux avaient tramée, cette ame basse porta la complaisance, pour les tirer d'intrigue, Jusqu'a consentir d'estre presenté au feu roy Louis XIV comme etant le faux Arnaud. Ce seul trait est plus que suffisant pour caracteriser ce theologien moliniste. A l'égard de Mr. Languet, il est de notoriété publique que ses ouvrages ont ete composés, en partie par ce mesme Tourneli, et en partie par les Jesuites auxquels ce prelat s'estait entierement devoué. Quels succès peut on attendre de theologiens qui preferent de pareils auteurs a ceux qui n'ont enseigné que ce qu'ils avaient appris des Livres Saints et de la tradition? Bien loin que ces theologiens imbus des fausses maximes de la Societé puissent jamais contribuer a retablir en Portugal le gout de la saine doctrine, n'est il pas evident qu'ils ne sont propres au contraire qu'a perpetuer le mal que les Jesuites ont commencé, et a le faire avec d'autant plus de securité qu'on les regardera comme les restaurateurs des etudes ecclesiastiques.

Et ce serait en vain qu'on croirait avoir fait une bonne reforme parce que ces theologiens n'enseigneraient point une morale aussi corrompue que celle des Jesuites. Nous ne pouvons porter de Jugement sur cet article, parce que les theses que nous avons sous les yeux n'ont pas la morale pour objet. Mais il y a une liaison si étroite entre les verités de la grace et celles de la morale chretienne qu'il est difficile d'errer / P.9 sur les unes sans donner au moins quelque atteinte aux autres. On a prouvé dans des ouvrages tres solides que tous les relachemens des Jesuites ne sont venus que de leur sisteme pelagien sur la grace: et pour peu qu'on soit au fait des vrais principes de la theologie, on apperçoit aisement cette connexion. Mais si les theologiens portugais n'adoptent pas tous les excés des casuistes de la Societé, ils ne peuvent au moins se laver d'avoir attaqué comme ces relligieux la morale chretienne dans sa source mesme, en dispensant les penitens qui se disposent a la Justification de l'accomplissement du premier precepte. Car, suivant la doctrine de leurs theses, l'amour de charité, c'est a dire l'amour de Dieu aimé pour luy mesme n'est pas necessaire pour etre justifié dans le sacrement de penitence. Il suffit d'avoir ce qu'ils appellent un amour d'esperance ou de concupiscence: amor spei. Il parait mesme que ce n'est que de cette espece d'amour d'esperance qu'ils expliquent le commencement d'amour de Dieu comme source de toute Justice que le Concile de Trente exige pour la Justification. Ce qui serait une depravation sensible de la doctrine du Concile. (a) Or s'ils dechargent ainsi les penitens de l'obligation de faire des actes d'amour de Dieu aimé pour luy mesme prescrite par le premier precepte, il y a tout lieu d'apprehender qu'ils n'accordent aux Justes la mesme dispense, ou qu'au moins ils ne restraignent cette obligation a des circonstances tres rares. Car s'il n'est pas necessaire d'aimer Dieu dans le temps qu'on implore sa misericorde, et qu'on desire de se reconcilier avec luy, quand y sera-t-on obligé? Nos craintes sont d'autant mieux fondées qu'il parait par plusieurs expressions des theses dont nous nous plaignons que ces theologiens portugais sont persuadés que nous ne sommes point tenus de rapporter a Dieu toutes nos actions par le motif de son amour. Et c'est en effet la doctrine favorite des Tourneli et des Languet leurs maitres, qui ne sont en cela comme dans tout le reste, que l'écho des Jesuites. Doctrine bien differente de celle des scavans theologiens dont nous avons parlé.

Les nouveaux theologiens de Portugal tacheront sans doute de / P.10 repousser toutes ces accusations en repliquant qu'on ne doit point blesser la liberte des ecoles: que quand mesme ils auraient

adopté le système molinien, cette opinion n'a point été condamnée par l'église: enfin qu'ils ne censurent point le sentiment des thomistes ni des augustiniens, mais qu'ils laissent avec l'église catholique, cum ecclesia Catholica, les théologiens disputer si la grâce est efficace par elle-même ou par le consentement de la volonté: si elle agit par une motion physique ou par une motion morale (a). C'est en établissant au même endroit l'équilibre molinien comme la foi de l'église que ces théologiens s'expriment ainsi, c'est à dire qu'en paraissant laisser la liberté d'enseigner le système des thomistes, des augustiniens et des molinistes, ils établissent réellement l'opinion de ces derniers comme la doctrine de l'église.

Mais quand même ils ne donneraient point dans cet excès, c'est déjà un très grand mal de mettre la doctrine de la grâce efficace par elle-même au rang des questions problématiques: et c'est un autre qui n'est pas moins considérable de prétendre que L'église Catholique laisse volontiers enseigner le molinisme, si l'on se sent plus porté vers cette opinion nouvelle, que vers l'ancienne doctrine établie, défendue et développée d'une manière si lumineuse par St. Augustin et par St. Thomas. Le Pape Benoît XIII donne un démenti formel à ces disciples des Jésuites, lorsque parlant de la grâce efficace par elle-même et de la prédestination gratuite à la gloire sans aucune prévision des mérites, dans son bref aux dominicains du 6 novembre 1724 (b), il déclare que cette doctrine est puisée dans St. Augustin et dans S. Thomas, et qu'elle est conforme à la parole de Dieu, aux décrets des Souverains Pontifes et des Conciles, et à l'enseignement des Pères. Ce qu'il confirme dans sa bulle pretiosus du 26 mai 1727 (c) en menaçant des peines canoniques tous ceux qui oseraient dévier cette doctrine. Que penser après cela du système molinien diamétralement opposé à la doctrine dont le Pape Benoît XIII / P.11 fait un si grand éloge, sinon qu'il est contraire à St. Augustin et à St. Thomas, à la parole de Dieu, aux décrets des Souverains Pontifes et des conciles et à l'enseignement des Pères. Or comment l'église consentirait-elle qu'on enseignât à ses enfants une opinion marquée si clairement au coin de l'erreur? Le prétendre, c'est lui faire un outrage signalé. Le molinisme s'enseigne dans l'église, nous en convenons, mais cette sainte épouse de J.C. loin de l'approuver, le regarde comme une nouveauté profane qu'elle déteste. Elle n'a point encore prononcé un Jugement définitif contre cette opinion opposée à la parole de Dieu et à l'enseignement des Pères; mais elle ne fait que la tolérer comme un mal passager qu'elle porte dans son sein, et contre lequel elle ne cesse de prémunir ses enfants par les ouvrages immortels de ses

docteurs, par ses Conciles, par sa predication commune, par ses prieres publiques et par tous les autres monumens de sa tradition jusqua ce que les obstacles qui l'ont empechée jusqu'à present de proscrire solennellement cette nouveauté soyent entierement dissipés.(En un mot, elle ne tolere le molinisme que comme elle tolere les jesuites) (1)

Il est vrai que Clement XII dans son bref(a) du 2 octobre 1733, et Benoit XIV dans un autre bref(b) du 31 Juillet 1748 semblent dire qu'on peut embrasser librement le sisteme de Molina, ou celuy de Suares, c'est a dire le congruisme qui est un molinisme mitigé. Mais ce serait prendre fort mal la pensée de ces Souverains Pontifes que de s'imaginer qu'ils approuvent par la qu'on enseigne ces systemes nouvellement inventés et formellement contraires a la doctrine de St. Augustin qui est celle de l'église.

Clement XII autorise expressement dans son bref la doctrine des tomistes c'est a dire celle de la grace efficace par elle mesme que ces celebres theologiens soutiennent aussi bien que les augustiniens. Il y rappelle les eloges que ces predecesseurs ont donnée à cette precieuse doctrine:

Il y ajoute qu'il approuve ces eloges et qu'il les confirme laudes... quas iterabo nostro Judicio comprobamur et confirmamur. Peut on suposer raisonnablement que ce Pape approuve en mesme temps les systemes de Molina et de Suares qui renversent de fond en comble la doctrine des tomistes. Ce serait le faire tomber dans une contradiction manifeste. Il defend seulement dans ce bref de porter /P.12 aucune censure theologique, ullam censuram theologicam, ou d'attaquer par des notes injurieuses conviciis et contumeliis les opinions des ecoles qui pensent autrement que les tomistes sur les matieres de la grace: opinions que ses ecoles enseignent Librement et publiquement, Libere et palam. Clement XII entend visiblement par ces ecoles celles des augustiniens et des molinistes. Mais 1° en approuvant la doctrine des tomistes, il est censé approuver, au moins jusqu'à un certain point, celle des augustiniens. Car ces deux systemes, celuy des tomistes et celuy des augustiniens sont le mesme quant au fond. Ils ne different que dans la maniere d'expliquer l'operation de la grace efficace par elle mesme qu'ils admettent l'un et l'autre. Les tomistes enseignent que cette grace opere par une premotion phisique et les augustiniens font consister cette operation de la grace dans une motion morale, dans un sain plaisir dans une delectation victorieuse que Dieu produit dans la volonté, et qui par sa propre force ou par la superiorité de ses degrés opere infailliblement son effet. C'est sur ses sortes de questions

qui ne touchent point a l'essentiel du dogme qu'il est juste de laisser une entiere liberté aux ecoles catholiques jusqu'à ce que l'église en ait décidé. 2^o a l'égard du sisteme molinien il n'y a pas un seul mot dans tout le bref de Clement XII d'ou l'on puisse inferer qu'il favorise le moins du monde cette opinion nouvelle. Ce qu'il dit de la doctrine des thomistes prouve au contraire qu'il regarde le molinisme comme un faux sisteme. Ainsi tout ce que l'on peut conclure de ce bref en faveur de ce dernier sentiment, c'est que le Pape defend de porter aucune censure theologique contre les opinions moliniennes ou de les attaquer par des notes injurieuses Jusqu'à ce que le S. Siege, comme il s'exprime luy mesme ait defini ou prononcé quelque chose sur ces controverses: donec de iisdem controversiis haec Sancta Sedes aliquid definiendum aut pronuntiandum censuerit (a).

Il en est de mesme du bref de Benoit XIV. Le grand inquisiteur d'Espagne avait inseré dans un nouvel index des livres prohibés l'histoire pelagienne /P.13 du cardinal Noris, et une dissertation du mesme auteur sur le cinquieme concile oecumenique, sous pretexte de Baianisme et de Jansenisme. Le Pape se plaint dans son bref de l'injure qu'on avait faite par un pareil procedé a la memoire de ce grand homme. Il declare que la doctrine du Cardinal Noris avait été trouvée saine, apres plusieurs examens qu'on en avait fait a Rome par ordre des Souverains Pontifes, sur les plaintes des ennemis de cette eminence, c'est a dire des Jesuites. Enfin Benoit XIV apres avoir admonesté tres serieusement le grand inquisiteur de remedier au scandale qu'il avait donné, luy fait observer qu'il y a plusieurs opinions dans les ecoles touchant ces celebres questions sur la predestination et sur la grace, aussi bien que sur la maniere d'accorder la liberté de l'homme avec la toute puissance de Dieu. Celle des thomistes, celle des augustiniens et celle de Molina et de Suares: et il ajoute que le S. Siege n'a censuré aucune de ces opinions. Mais le Pape en s'exprimant ainsi, les met il toutes au mesme niveau? La maniere dont il s'explique aussitot sur ces differens systemes ne permet pas de le penser. En rendant Temoignage a la pureté de la doctrine du Cardinal Noris, il rend necessairement le mesme temoignage a celle des thomistes et des augustiniens. Aussi reconnait il que ceux cy repoussent fortement les attaques qu'on leur livre, et que ceux- la satisfont parfaitement aux objections de leurs adversaires. Preuve sensible qu'il regarde leur doctrine comme appuyée sur le fondement inbranlable de la verité. Mais lorsque Benoit XIV vient aux opinions de Molina et de Suarés, il ne tient plus le mesme langage. Il ne suppose nulle part que la doctrine en soit saine. Il ne dit

point de ses partisans, comme des thomistes et des augustiniens, qu'ils repondent solidement aux objections qu'on leur fait. Il se contente d'observer que les Souverains Pontifes n'ont point porté Jusqu'à present leur Jugement sur ces opinions: usque adhuc non tulerunt Judicium. Et c'est pour cela, continue-t-il, que les molinistes en prennent librement la defense, et que mesme ils le peuvent faire, sans encourir aucune censure: in ejus tuitione ipsi libere prosequuntur et prosequi possunt.

Ce Jugement des Souverains Pontifes est tout prest. Personne n'ignore que l'affaire du molinisme a été instruite pendant 10 ans avec la plus grande maturité dans les Congregations De auxiliis em presence de Clement VIII et de /P.14 Paul V: et que la bulle qui confirme la doctrine de St. Augustin et qui condamne en mesme temps les nouveautés de Molina a été dressée, approuvée et sur le point d'être publiée. Si par un evenement singulier, cette publication n'eut point lieu alors, on ne doit pas en conclure que cette bulle ait été supprimée. Paul V declara aux generaux des dominicains et des Jesuites qu'il en suspendait seulement la publication pour un temps. Aucun de ses successeurs n'a jamais desavoüé l'existence de ce decret que l'on conserve toujours dans les archives du Vatican. Et si jusqu'à present il n'a point encore été publié, tous ceux qui sont instruits des affaires de l'eglise ne peuvent se dissimuler que ç'a été par un effet du manège et des intrigues perpetuelles des Jesuites, qui ont fait jouer tous les ressorts de leur politique pour detourner la foudre qui les menaçait, et pour la faire retomber sur les defenseurs de la doctrine de St Augustin. et de St. Thomas.

Les sectateurs de Molina et de Suares, tant que l'eglise n'aura point condamné solennellement leur doctrine, peuvent donc encore la defendre sans encourir aucune censure, et sans qu'il soit permis de les faire passer pour heretiques. C'est l'unique sens qu'on puisse donner a ces paroles de Benoit XIV. Le St. Siege n'ayant point censuré l'opinion des molinistes, ils en prennent librement la defense et ils peuvent le faire: in ejus tuitione libere prosequuntur et prosequi possunt. Ceux qui connaissent le stile de la Cour de Rome n'en disconviendront point: et le texte mesme du bref ne permet pas de les entendre autrement. Car la doctrine du Cardinal Noris dont il s'agit dans ce bref est directement opposée a celle de Molina et de Suares. Et c'est ce qui a porté les Jesuites a tenter l'impossible pour la faire condamner sous le vain pretexte de Baianisme et de Jansenisme dont ils se servent ordinairement pour rendre odieux leurs adversaires. Cela posé, si la doctrine de ce Cardinal est saine, comme Benoit XIV le dit

ouvertement, celle de Molina et de Suares doit etre fausse et corrompue. La consequence est inevitable. Or un Pape aussi eclaire que Benoit XIV aurait il autorise et permis d'enseigner dans l'eglise une opinion qu'il ne pouvait s'empescher de regarder luy mesme comme fausse et corrompue? Nous ne croyons pas qu'aucun theologien catholique osat l'accuser de cette prevarication. Concluons donc que Clement XII et Benoit XIV /P.15 n'ont point eü d'autres sentimens sur cet article que Benoit XIII. Car si la doctrine du Cardinal Noris, c'est a dire la doctrine de la grace efficace par elle mesme, de la predestination gratuite etc. est une doctrine saine, il faut convenir qu'elle est conforme aux divines ecritures, aux decrets des Souverains Pontifes et des Conciles et a l'enseignement des peres. C'est le caractere essentiel de toute doctrine saine et orthodoxe. Tout ce que ces Papes ont eu en veüe dans les deux brefs que nous venons d'exposer, c'est donc uniquement d'empescher les pasteurs particuliers et les theologiens de prevenir le Jugement du St. Siege, en traittant d'heretique la doctrine corrompue du molinisme, avant que les Souverains Pontifes ayent prononcé: donec de iisdem controversiis haec Sancta Sedes aliquid definiendum aut pronuntiandum censuerit, dit Clement XII (a).

Mais parce que la doctrine de Molina et de Suares n'a point encore ete solennellement comdamné par l'eglise, serais ce une Raison a un Prince qui veut retablir dans ses etats les etudes ecclesiastiques affaiblies par la politique des Jesuites et corrompues par leur doctrine, pour appliquer indifferemment a ce grand ouvrage ceux qui sont imbus des opinions de ces relligieux ou ceux qui les combattent. Ce Prince trouve deux sortes de sentimens dans l'eglise sur les matieres de la grace, c'est a dire, sur des matieres tres importantes qui influent dans toute la relligion. L'un qui remonte Jusquaux Temps apostoliques; l'autre qui n'a pas 200 ans d'antiquité de l'aveu mesme de ses auteurs(b). L'un qui est conforme a la parole Dieu, aux decrets des Souverains Pontifes et des Conciles et a l'enseignement des peres: l'autre qui porte un caractere tout oppose; l'un toujours approuvé par les pasteurs de l'eglise: l'autre qui a ete comdamné après le plus soigneux examen, et auquel il ne manque pour etre solennellement proscrit que la publication de la comdamnation qui en a ete faite. Dans cette position ce Prince peut il balancer un instant dans le choix des sujets qui doivent /P:16 occuper les chaires de theologie de son Royaume. Il n'a en veüe dans la reforme qu'il medite que la gloire de Dieu, et l'avantage spirituel de son peuple. Peut il procurer l'une et l'autre d'une maniere plus efficace qu'en

choisissant pour un emploi de cette consequence des theologiens connus pour etre ennemis de toute nouveauté et fermement attachés a l'ancienne doctrine. S'il negligait cette partie essentielle de la protection qu'il doit a l'église, en vain tenterait il de faire reflourir dans ses états la science de la religion. Le succès ne repondrait point a son attente. Et en effet on a toujours remarqué que dans les endroits ou le molinisme s'est établi, la lumiere s'est insensiblement eclipsée, pour ceder la place a l'ignorance, au relachement, au degout de l'étude, au mepris de la tradition. Et rien n'est plus facile a comprendre les opinions de Molina et de Suares étant nouvelles ou plutot renouvelant d'anciennes erreurs autrefois condamnées par l'église(a), ceux qui les adoptent trouvent des difficultés insurmontables contre leur système dans l'écriture sainte et dans la tradition. Les uns fatigués de ces obstacles qu'ils rencontrent a chaque pas prennent le parti de negliger l'étude des peres pour s'en tenir a quelques auteurs modernes qui sont favorables aux nouvelles opinions; les autres comprenant combien il est necessaire a un theologien de s'appuyer sur l'autorité des Livres saints et de la tradition, corrompent les textes les plus precis de l'écriture et des peres, en leur donnant des sens forcés, et des interpretations arbitraires pour les concilier le mieux qu'il est possible avec leur opinion. On aperçoit aisement que par l'une ou l'autre de ces deux methodes si opposées aux regles de l'église, l'ignorance des vraies maximes de la religion s'introduit insensiblement; que cette ignorance doit produire le relachement, et que /P.17 l'un et l'autre conduisent infailliblement au degout et au deperissement des études.

Il y a donc tout lieu de craindre que l'église de Portugal ne reste plongée dans les tenebres que les Jesuites y ont repandues, ou qu'elle ne soit trompée par une fausse science plus dangereuse encore qu'une profonde ignorance, si en congediant ces religieux, on leur substitue des theologiens qui leur ressemblent. On ne renouvelera les bonnes études ecclesiastiques dans ce royaume florissant qu'autant qu'on choisira des professeurs de theologie opposés aux sentimens des Jesuites et sincerement attachés a la doctrine de l'écriture et des peres, et principalement de St. Augustin et de St. Thomas sur les matieres de la grace. C'est l'unique voye qu'il y ait a suivre pour remplir dignement les veües de sagesse et de religion que Sa Magesté tres fidele fait paraitre dans son edit, et pour animer veritablement ses sujets ecclesiastiques a cette étude importante de la theologie, de maniere quelle fasse dans ce royaume les memes progres qu'elle a fait dans les autres païs de l'Europe.

Nous supplions les Ministres de Sa Magesté tres fidele de nous permettre de leur faire encore quelques representations touchant plusieurs bulles des Souverains Pontifes dont on fait mention dans les theses des peres de l'Oratoire de Portugal que nous avons entre les mains. On parle dans ses theses avec beaucoup de vivacité de Michel Baius, de Jansenius et du P. Quesnel; et l'on y met indistinctement les bulles des Papes qui ont censuré les ouvrages de ces trois auteurs au rang des decisions de l'église. Mais quelque ferme que soit le ton d'assurance que prennent ces theologiens, ils ne paraissent instruits de ces malheureuses affaires qui agitent l'église depuis plus d'un siecle que par des ouvrages pleins de preventions et d'injustice.

Commençons par l'affaire du livre de Jansenius eveque d'ypre qui est moins embarrassé. Sur quel fondement, les theologiens portugais peuvent ils etablir que le Jansenisme est une heresie qui a eü et a encore des sectateurs? C'est une pure fiction qu'ils realisent non seulement sans aucune preuve, mais encore contre la notoriété publique des temoignages de tous ceux qui en ont été accusés par les Jesuites. S'ils connaissent des /P.18 personnes qui soutiennent les cinq propositions attribuées a Jansenius, et censurées par le Pape Innocent X, il faudrait les produire. Mais en se bornant, comme ils font, a des accusations vagues, ils ne peuvent passer dans l'esprit de ceux qui jugent des choses avec equité, que pour des calomniateurs qui jettent sans raison l'alarme dans l'église, en suposant une secte qui ne subsiste que dans leur imagination. Il ni a personne parmi les Catholiques qui ne condamne ces propositions. La seule difficulté qui s'est élevée sur ce point consiste a scavoir si Jansenius les a enseignées ou non; question de pure critique qui ne peut jamais faire d'heresie dans l'église, et qui n'aurait eu aucune suite, si l'on s'en fut tenu fermement a la paix du Pape Clement IX. Mais il plait aux theologiens de Portugal de regarder cette paix comme une chimere:nouvelle preuve qu'ils ne sont point du tout au fait de cette importante affaire, qu'ils n'ont aucune connaissance de la plupart des pieces originales qui la concernent, et qu'ils ne jugent de nos controverses que par les yeux des Jesuites et de leurs partisans. Nous passons legerement sur ce qu'ils disent dans les mesmes theses touchant l'infailibilité de l'église dans la decision des faits doctrinaux non revelés. Systeme inventé dans ces derniers temps par les Jesuites, afin de pouvoir traiter de refractaires et mesme d'heretiques ceux qui refusent de souscrire au fait de Jansenius que ces relligieux suposent etre décidé par l'église, quoique dans la verité le corps des pasteurs

n'ait jamais fait aucun examen du livre de cet evesque. Si les theologiens portugais moins attachés a leurs preventions consultaient sur cette matiere les ouvrages de Baronius, de Bellarmin, du P. Sirmond, du P. Petau, du P. Veron, etc. tous auteurs qui ne doivent pas leur etre suspects, ils decouvraient bientot que leur pretendue infaillibilité de l'eglise sur les faits doctrinaux non revelés, est un nouveau dogme inconnu non seulement a l'antiquité, mais aux siecles mesme les plus modernes.(a)/P.19

A l'egard de Michel Baius et du P. Quesnel notre dessein n'est pas d'examiner icy la valeur des bulles qui ont censuré les ouvrages de ces 2 auteurs. Cette discussion nous obligerait de passer les bornes que nous nous sommes prescrites dans ce memoire, Nous nous contentons de quelques reflexions succinctes qui semblent indiquer la conduite qu'il est a propos de tenir a l'occasion de ces bulles dans un royaume ou l'on desire de retablir les etudes ecclesiastiques et de conserver la paix. Quelque autorité qu'on veuille donner a la bulle de Pie V contre plusieurs propositions tirées en partie(a) des ouvrages de Baius, et a celle de Clement XI contre le livre des reflexions morales du P. Quesnel, il faut avouer qu'on ne peut se servir de ces deux bulles pour etablir aucun dogme d'une maniere fixe et unanime, et qu'il arrive au contraire tres souvent qu'on en fait usage pour autoriser des doctrines nouvelles et etrangeres. En en mot chacun les interprete conformement aux opinions bonnes ou mauvaises qu'il a dans l'esprit. Ce qui n'est propre qua causer des disputes et des divisions facheuses dans l'eglise et dans l'estat. Il suffit pour s'en convaincre d'observer 1° que ces bulles censurent un nombre de propositions par des qualifications vagues et indeterminées, c'est a dire, qui ne sont point appliquées a chaque proposition. 2° qu'on peut donner divers sens a la plupart de ces propositions, et que les bulles ne determinent point quel est celuy de ces differens sens quelles condamnent. 3° qu'il y a dans l'eglise des opinions diametralement opposées touchant la doctrine dont /P.20 il est question dans ces mesmes propositions. Ces trois observations, dont la verité est constante, une fois posées, il est evident que les bulles de Pie V contre Baius, et de Clement XI contre le P. Quesnel ne sont point entendues de la mesme maniere par les differentes personnes qui les acceptent, et que par consequent loin de reunir les esprits dans un mesme sentiment, elles ne peuvent qu'occasionner de nouvelles contestations. Un moliniste par exemple croira voir dans la censure des propositions qui regardent les matieres de la grace, l'approbation de la doctrine de l'equilibre, et la condamnation de la delectation victorieuse et de la grace efficace par

elle mesme qu'il imagine ne pouvoir se concilier avec la liberté. Ce n'est point une conjecture en l'air, il est aisé d'en citer mille exemples dans les écrits des Jesuites et de leurs partisans. Au contraire des thomistes ou des augustiniens, s'ils acceptent les bulles dont nous parlons, rejeteront cette interpretation du moliniste et soutiendront que ces decrets ne favorisent en aucune maniere le perniteux sisteme de l'equilibre, et qu'ils ne touchent point au dogme de la grace efficace par elle mesme. Mais afin de pouvoir souscrire a la censure des propositions qui regardent la matiere de la grace, ils attribueront a ces propositions sans examiner si c'est leur sens naturel ou non, celui de la grace necessitante, qui est, quoiqu'en dise le moliniste, une doctrine bien differente de celle de la grace efficace par elle mesme. C'est encore un fait dont il est aisé de citer des exemples sans nombre. Il en sera de mesme de la censure des propositions qui traitent de la difference des deux alliances, de la foy, de la charité, de la crainte etc. le moliniste la prendra dans un sens tout different de celui des thomistes et des augustiniens qui rejettent les opinions erronees des Jesuites sur tous ces points de doctrine.

Si ces theologiens se divisent ainsi sur le sens des propositions condamnées, ils ne montreront pas plus de concert sur la maniere dont on doit les qualifier. En voyant ces propositions censurées in globo comme blasphematoires, heretiques, erronees, temeraires, malsonnantes, scandaleuses, etc. ceux cy, suivant leurs prejuges, croiront pouvoir donner la qualification d'heretique ou d'erronee a telle ou telle proposition que les autres regarderont seulement comme malsonnante ou temeraire, quoique tres vraie en elle mesme.

Quelle source de division ces interpretations contradictoires ne /P: 21 doivent elles naturellement produire. Le moliniste accusera le thomiste et l'augustinien d'eluder le vrai sens des decrets dogmatiques de l'eglise. Ceux cy pretendront de leur costé que c'est le moliniste qui fait injure a cette chaste epouse de J C. en luy attribuant une doctrine corrompue quelle est bien eloignée d'approuver, et ils se regarderont reciproquement comme des refractaires qui sacrifient les decisions de l'eglise a leurs fausses opinions.

Enfin si quelqu'un de ceux qui n'acceptent point les bulles contre Baius et le P. Quesnel, tels que les appelans en France, se met de la partie, il condamnera les uns et les autres. Il conviendra avec le moliniste que c'est la doctrine des Jesuites que ces bulles autorisent, contre l'intention des Papes dont on a surpris la religion, et il en conclura, non pas que le molinisme soit approuvé par l'eglise, mais qu'on ne doit point mettre de tels decrets au nombre de ses decisions.

Se tournant ensuite vers le thomiste et l'augustinien, il leur reprochera de la maniere la plus vive qu'ils violent toutes les regles de la sincerité chretienne en donnant aux propositions censurées des explications evidemment opposées a leur sens naturel, et aux intentions connues des auteurs qui les ont enseignés, afin de pouvoir condamner ces propositions sans abandonner la saine doctrine. Et au milieu de toutes ces contestations, les uns et les autres disputeront a l'infini, sans venir a bout de se convaincre reciproquement par le texte mesme des bulles, ni par les declarations des Souverains Pontifes qui Jusqu'a present n'ont point expliqué quel est le sens precis qu'ils ont voulu condamner dans ces propositions ni quelles qualifications il faut appliquer a chacune en particulier. Si pour eviter ces inconveniens on prend le parti de recevoir ces bulles sans examiner ce quelles contiennent, quel peut etre l'utilité de pareils decrets dont il faudrait ignorer les decisions pour ne point tomber dans des discussions interminables?

Avant que d'aller plus loin, il est bon de faire observer qu'il s'ensuit clairement de ces dernieres reflexions que le Baianisme et le quenelisme sont des heresies aussi imaginaires que le Jansenisme. Car les appellans que les Jesuites accusent de ces pretendues heresies, n'ont point d'autre sentimens sur la doctrine qui fait l'objet des bulles contre Baius et le P. Quesnel que les thomistes et les augustiniens.

Rien ne constate davantage la verité de cette assertion que l'ardeur avec laquelle Mr. de Saleon archevesque de Vienne, et Mr. Languet archevesque de Sens se sont elevés contre les ouvrages theologiques des peres augustins /P.22 Belevi et Berti imprimés a Rome depuis 20 ans avec toutes les aprobations necessaires. Ces deux theologiens se sont fermement attachés a la doctrine de St. Augustin sur la grace etc. et ils l'ont enseignée dans toute sa pureté; mais en mesme temps il(sic) font profession de recevoir les bulles dont il s'agit icy, en explicant arbitrairement les propositions censurées, et en leur attribuant des erreurs que Baius, le P. Quesnel et les appellans ont toujours desavouées. Le Zele de MM. De Saleon et Languet s'est enflammé. Ces prelates molinistes ont soutenu a la face de toute l'eglise que la doctrine de Belevi et de Berti est precisement la mesme que celle des appellans; et ils sont convenus de bonne foy que ceux cy detestent les erreurs dans lesquelles ces deux religieux font consister le Baianisme, le Jansenisme et le quenelisme. Temoignage d'autant plus considerable que ces evesques ont vecu parmi les appellans qu'ils ont souvent conferé avec eux qu'ils ont combattu avec connaissance de cause. MM. De Saleon et Languet ont inferé de la que Belevi et

Berti etaient dans les mesme sentimens que Baius, Jansenius et le P. Quesnel, et par consequent qu'ils n'acceptaient point sincerement les bulles des Souverains Pontifes contre les ouvrages de ces auteurs. C'est ce qui a porté ces prelates a mettre tout en oeuvre pour faire condamner a Rome les ecrits des deux augustins comme contenant tout le venin du Baianisme, du Jansenisme et du Quenelisme. Mais le Pape Benoit XIV loin de donner dans le piege qu'on luy tendait a rendu temoignage a l'exactitude de la doctrine de Belevi et de Berti. Ce Pontife eclairé a fait examiner juridiquement leurs ouvrages par un nombre de Cardinaux et de theologiens: et cet examen ayant constaté de plus en plus que ces relligieux n'ont enseigné que la vraye doctrine de l'eglise, Benoit XIV a permis au P. Berti de rendre publique la defense ou apologie qu'il avait faite de ses sentimens et de ceux de son confrere. Apologie qui a été imprimée a Rome avec les approbations les plus authentiques. De la ce raisonnement fort simple qui demontre sans replique que le Baianisme et le quenelisme sont des sectes purement chimeriques. Selon Mr. de Saleon archevesque de Vienne et Mr. Languet archevesque de Sens, ceux qui refusent d'accepter les bulles contre Baius /P.23 et le P. Quesnel, ou qui en ont appellé au futur concile general n'ont pas d'autre doctrine sur tous les point(sic) dont il est question dans ces decrets que celles des peres augustins Belevi et Berti. Or la doctrine de Belevi et de Berti est reconnue a Rome pour une doctrine tres orthodoxe. La doctrine des appellans est donc une doctrine tres orthodoxe. Le Baianisme et le Quenelisme ne sont par consequent que des heresies imaginaires; car si l'on s'en tient a l'idée qu'en donnent MM. de Vienne et de Sens, ces prelates prennent pour les erreurs du Baianisme et du Quenelisme ce que l'on regarde a Rome comme la doctrine de l'eglise. Et si l'on adopte celle des peres Belevi et Berti, le Baianisme et le Quenelisme, selon ces deux evesques dont le temoignage est icy d'un grand poids, sont des erreurs que les appellans detestent, que personne ne soutient parmi les Catholiques et que Baius luy mesme et le P. Quesnel ont toujours rejettées de la maniere la plus formelle. On peut voir cette question interessante traitée avec autant de precision que de lumiere dans un ouvrage intitulé: les appellans pleinement justifiés etc.

En faisant une serieuse attention a ce que nous venons d'exposer touchant les bulles contre Baius et le P. Quesnel on sera surpris de voir les theologiens portugais relever avec emphase dans leurs theses l'acceptation que les evesques ont faite de ces decrets de la Cour de Rome; qu'est-ce que ces pasteurs ont accepté, qu'ont ils examiné,

qu'ont ils jugé? rien du tout. Ils ne sont pas plus en estat de fixer unanimement le vrai sens de ces bulles, dont le legislateur ne leur a point confié le secret, que les simples fideles. Or quelle singuliere acceptation que celle ou les pasteurs eux memes ne scavent point ce que contient le decret qu'ils recoivent; ou s'ils veulent s'en instruire, ils ne peuvent montrer par un concert unanime soit avec le Pape, soit avec leurs collegues dans l'episcopat ce qu'il faut croire en vertu de ce decret et ce qu'il faut condamner. Que les theologiens portugais cessent donc de faire valoir cette ombre d'acceptation, et qu'ils conviennent qu'elle ne pourrait etre fondée que sur l'infailibilité du Pape, c'est a dire sur une simple opinion contraire aux decisions formelles de deux conciles generaux adoptés et reconnus pour tels par les Souverains Pontifes qui y ont presidé. Or a qui ces theologiens persuaderont ils qu'il soit prudent de fonder aveuglement sa croyance /P.24 sur une opinion de cette espece qui n'est rien moins que certaine et de regarder comme une decision de l'eglise universelle le jugement du Pape seul, non seulement lorsqu'il propose a croire quelque chose de clair et de precis, mais mesme lorsqu'il donne des decrets enigmatiques que les pasteurs et les theologiens interpretent en des sens contradictoires, et qu'il refuse perseveramment d'expliquer luy mesme.

A la veüe de ce cahos impenetrable le moins qu'un Prince relligieux et degagé de toute prevention puisse faire pour le bien de son estat, c'est, ce semble, d'imposer un silence rigoureux sur ces decrets, qui, au lieu de porter la lumiere ne sont propres par leur obscurité qu'a occasioner des combats opiniatres entre les theologiens. Ce Prince, s'il aime la relligion et la paix, bannira de son Royaume ces divisions intestines: et afin d'y parvenir plus efficacement, il emploira toute son autorité pour que la direction des etudes de theologie ne soit confiée qu'a des hommes doctes et prudens, qui fuyant ces vaines contestations, s'appliquent de tout leur pouvoir a former la jeunesse dans la vraie science ecclesiastique. Cette conduite parait d'autant plus necessaire dans le royaume de Portugal, que jusqu'a present les Jesuites y ont repandu a pleines mains le venin de leur doctrine. Si les theologiens qui leur succedent sont remplis des memes preventions, et qu'ils s'imaginent qu'elles sont autorisées par l'eglise dans les bulles dont nous parlons, ils feront passer ces fausses opinions pour des decisions de l'eglise dans l'esprit des jeunes gens qu'ils instruiront. Quoi de plus funeste pour le royaume de Portugal? Les premieres impressions durent communement toute la

vie. Ces sujets élevés dans de faux principes ne manqueront pas de les communiquer aux autres: et alors la reforme dont on espere des fruits abondans se bornerait (ce qu'a Dieu ne plaise) a changer seulement les maitres, et non pas a retablir les bonnes etudes ecclesiastiques.

Quels troubles ne peut il pas mesme arriver dans L'estat, si l'on faisait usage de plusieurs principes qui paraissent autorisés dans /P.25 ces bulles?. Quelque ecclesiastique ou autre concludant tout naturellement de la bulle de Clement XI contre les reflexions morales du P. Quesnel que la crainte d'une excommunication injuste doit quelque fois nous empecher de faire nostre devoir(a), quelles maximes seditieuses ne pourra-t-il pas repandre dans des temps de crise ou la Cour romaine aura des affaires epineuses a demesler avec celle de Portugal? S'il arrive qu'un Pape entesté de preventions injustes trouve de la resistance dans le Prince, et qu'il defend a ses sujets de luy obeir sous peine d'excommunication: avant mesme qu'il en soit venu aux effets, ces personnes qui auront pour boussole la bulle de Clement XI s'imagineront que c'est la le temps ou la crainte d'estre excommuniés par leur superieur ecclesiastique doit les empecher de garder la fidelité qu'ils doivent au Prince. Ils semeront dans le royaume cette maxime seditieuse; et persuadés faususement que c'est la doctrine de l'eglise, ils croiront faire une action meritoire en excitant des soulevemens et des revoltes. Il est vrai qu'un Prince puissant peut arrester les mauvais effets de ce fanatisme. Mais quelque grande que soit la puissance d'un monarque, peut-il absolument repondre des evenemens? Et d'un autre costé, ne vaut-il pas mieux empecher de repandre dans un royaume ces faux principes que de se voir dans la triste necessité d'appaiser les troubles qu'ils peuvent occasioner?

Nous esperons que les Ministres de Sa Magesté tres fidele feront une attention particuliere aux objets importans que nous venons de leur mettre sous les yeux: et qu'ils sentiront la necessité indispensable de donner aux jeunes theologiens portugais des maitres attachés a la saine doctrine, et d'imposer silence sur des bulles dont il est si facile de faire un usage pernitieux. Nous avons l'experience en France des maux de toute espece que le desir de faire valoir ces decrets de la Cour de Rome a causé dans l'eglise et dans l'estat. Apres des contestations infinies qui n'ont abouti qu'a la vexation des sujets les plus eminens par leur science et leur pieté et au deperissement des bonnes etudes, le roy tres chretien n'a point trouvé de moyen plus efficace pour arrester le feu que ces divisions allumaient de plus en plus que d'imposer silence sur ces matieres qui, dit il dans sa

declaration, ne peuvent etre agitées sans nuire egaleme nt au bien de la religion et a celui de L'estat(b).

Fevrier 1763.

Notas do manuscrito

P.3-* - These soutenue en Portugal dans le college royal des peres de l'oratoire le 14 du mois de (le mois n'est exprimé que par ces mots hujus mensis) 1760.

- Autre these soutenue dans le meme college le 3 de... 1762 sur les attributs, l'incarnation, les sacrements, l'eglise, la grace, etc.

- Autre these soutenue dans le meme college le 22 de ...1762 sur la foy et les symboles de la foy.

P.5-a) Discours de Clement VIII prononcé par ce Pontife le 20 Mars 1602 dans la premiere des congregations qui se tinrent devant luy. Serri L.3 historia congregationum de auxiliis. Cap.10.

P.6-b) Autre discours de Clement VIII prononcé le mesme jour(20 Mars 1602). Placet impraesentiarum consilii mei causas aperire cur hanc universam de auxiliis divinae gratiae controversiam ad mentem Sancti Augustini expendendam duxerim. Serri Appendix ad historiam congregationum de auxiliis. col. 95.

c) Summi Pontifices Romani mei praedecessores Zozimus, Bonifacius, Caelestinus, Leo, Hormidas, Sancti Augustini doctrinam ita laudaverint, ut illius scriptis quae inter gallias a novis pelagianae haeresis sectatoribus reprehendebantur, consullo approbaverint...

Sanctissimum virum sapientissime pelagianorum versutias deprehendisse et machinas omnes quibus gratiae divinae virtutem effringere et conterere moliebantur, copiose in multis voluminum disputationibus destruxisse et funditus evertisse. ibid.

d) ibid.

P.7 a) Voyés sur ces theses l'ouvrages des celebres theologiens romains Berti et Belelli, intitulé: in opusculum in scriptum Reverendi Joannis Joseph Languet archiepiscopi Senonensis Judicium de operibus theologicis fratrum Berti et Belelli aequissima ex postulatio. Liburni 1756.

b) Titre de cette these: propositiones theologicae quas in collegio nazareno publice propugnavit...Joannes Barsanti a St.

Antonio clericus regularis Scholarum Piarum, sacrae theologiae jurisque canonici auditor, 1762.

P.9 a) Les theologiens de Portugal pour debrouiller leurs idées sur cette matiere devraient lire le traité latin de Mr. Bossuet, evesque de Meaux, intitulé: De doctrina concilii tridentini circa dilectionem Dei.

P.10 a) These de Portugal du 30 de...1762. conclusionone 8^a § de lib. arb. per gratiam adjut.

b) Bref Demissas preces du 6 Novembre 1724.

c) Bulle Pretiosus du 26 Mai 1727.

P.11 a) Bref Apostolicae providentiae officio du 2 Octobre 1733.

b) Bref Dum praeteritu du 31 Juillet 1748.

P.12 a) Outre ce bref, il y a une bulle de Clement XII du 5 des calendes de Septembre 1733 par consequent antérieure au bref. Ce Pape y releve beaucoup la doctrine de S. Thomas sur la grace, etc. Il designe 12 de ses predecesseurs qui l'ont expressement approuvée et il declare que c'est la mesme doctrine que celle de St. Augustin et des autres peres de l'eglise. Cette bulle commence par ces mots verbo Dei scripto et tradito.

P. 15 a) Bref apostolicae providentiae supra .

b) Molina Concordia liberi arbitrii cum gratiae donis, quaest.23, art.4 et 5, disp.1 memb.6. Doctrina Augustini plurimos ex fidelibus mirum in modum turbavit... nos Rationem totam conciliandi libertatem arbitrii cum divina gratia principiis ex quibus eam deduximus inniti Judicamus: quae si datur explanaturque semper fuisset, neque pelagiana haeresis fuisset exorta, neque lutherani tam impudenter arbitrii nostri libertatem fuissent ausi negare, neque ex augustini opinione tot fideles fuissent turbati.

Il ajoute memb.ultim. Haec nostra ratio conciliandi libertatem arbitrii cum divina praedestinatione a nemine quem viderim hucusque tradita est.

P. 16 a) Benoit XIV dans son bref du 31 Juillet 1748 cité plus haut remarque qu'on accuse les sectateurs de Molina et de Suares comme s'ils etaient de vrais semipelagiens. On va plus loin dans les censures des congregations de auxiliis contre la doctrine de Molina. Car on la taxe non seulement de semipelagianisme, mais mesme de

pur pelagianisme. Cela n'empêche pas qu'on ne puisse appeler cette doctrine une opinion nouvelle, soit parce que Molina et Suares ont donné une nouvelle tournure aux erreurs pelagiens et semipelagiens qu'ils ont suivies. S'ils les eussent enseignées comment le piège aurait été trop grossier; soit parce que toute doctrine étrangère à celle de l'église doit être regardée comme une innovation, quand elle aurait été enseignée par les plus anciens hérétiques.

P 18 a) Serait-ce à la même école des Jésuites que les théologiens de Portugal auraient appris à mettre le célèbre Mr. Dupin au rang des protestants? Geraldus Vossius, disent-ils, Dupinius, aliique numero multi protestantes. C'est une Bevue des plus grossières. Mr Dupin docteur de Sorbonne a toujours vécu et est mort dans le sein de l'église catholique: et bien loin d'être protestant, il a souvent combattu ces hérétiques. Comme il était odieux aux Jésuites, soit parce qu'il les a peu ménagés dans plusieurs de ses ouvrages; soit parce qu'il a pris fortement la défense des libertés de l'église gallicane, il ne serait pas étonnant de voir ces pères le traiter de protestant dans des pays où il n'est guère connu. Ils sont accoutumés à vomir ces sortes d'injures contre leurs adversaires. Mais que des théologiens établis pour rétablir le mal que les Jésuites ont fait calomnier de la sorte un docteur recommandable par mille endroits, si ce n'est pas un dessein formel de leurs pairs, c'est au moins une ignorance qui ne se pardonne point à des maîtres de théologie qui doivent avoir acquis toute l'érudition nécessaire pour ne point confondre les auteurs catholiques avec les hérétiques.

P.19 a) Quant à ce qui regarde les propositions censurées dans la bulle de Pie V, nous ne parlons que de celles qui sont vraiment de Baius et qui n'ont point été mutilées. Car il y en a un grand nombre qui ne sont point de ce théologien, mais d'autres auteurs. Il y en a même qui sont tirées de quelques ouvrages de protestants.

P.25 a) 91 proposition censurée par la bulle Unigenitus de Clément XI contre le livre des réflexions morales du P. Quesnel: la crainte même d'une excommunication injuste ne doit jamais nous empêcher de faire notre devoir

b) Déclaration du roy de France du 2 Septembre 1754.

1) O que vai entre parentesis é um comentário de Bellegarde e é letra de sua mão.